



66.090.729 ROBSON MAGALHÃES JORGE

CNPJ: 66.090.729/0001-04

ENDEREÇO: Rua Vicente Ferreira, nº 125, Jardim Veneza II,

CEP: 87.580-000, Alto Piquiri - PR

CONTATO: Robson Magalhães Jorge - (44) 98835-4225

E-MAIL: robsonmj@gmail.com

À Pregoeira

Prefeitura Municipal de Loanda, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

Exma. Sra. Pregoeira,

66.090.729 ROBSON MAGALHAES JORGE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 66.090.729/0001-04, com sede na Rua Vicente Ferreira, nº 125, Jardim Veneza II, Alto Piquiri - PR - CEP 87.580-000, neste ato representada por Robson Magalhães Jorge, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 8.195.048-5 e CPF nº 043.040.289-95, residente em Alto Piquiri/PR - CEP 87.580-000, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 37/2026-PML, publicado para A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, protocolada dentro do prazo legal, antes da data incluída para a abertura da sessão pública marcada para 24 de junho de 2026 às 09h00m (horário de Brasília), conforme item 1.13 e seguintes do Edital, que estabelece o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame para protocolização de impugnações.

2. DOS FATOS

O Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2026-PML foi instaurado para o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados às diversas secretarias e unidades administrativas do Município de Loanda/PR, adotando como critério de julgamento o menor preço por item. Nessa conformidade, embora se reconheça a discricionariedade técnica da Administração para definir o padrão mínimo de qualidade do objeto a ser contratado, tal prerrogativa não é absoluta, devendo ser exercida com observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e busca da proposta mais vantajosa.

Conforme Termo de Referência – LOTE 01, ITEM 01 (ITEM PRINCIPAL) e 02 (ITEM RESERVADO) do Edital:

"CAFÉ EM PÓ, TORRADO, MOÍDO, 100% PURO, DE 1ª QUALIDADE, EXTRA-FORTE, EMBALAGEM ALUMINIZADA, COM 50 GRAMAS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL)." (GRIFEI)

Além disso, o próprio edital prevê que as amostras dos itens 01 e 02 serão analisadas pela Nutricionista do Município quanto a rendimento, aspecto, cor, sabor, odor, custo/benefício, podendo o produto ser desclassificado também na análise sensorial.

A irregularidade material do ato convocatório decorre justamente do fato de que, embora o edital tenha descrito atributos técnicos e sensoriais objetivos do produto, optou por atrelar o atendimento do objeto a uma categoria mercadológica específica, qual seja, "extraforte", sem admitir, de forma equivalente, o fornecimento de

cafés classificados como tradicionais que preencham os mesmos parâmetros técnicos e sensoriais exigidos. Em outras palavras, a necessidade administrativa está centrada em critérios mensuráveis de qualidade, e não em uma nomenclatura comercial isolada.

Tal circunstância se mostra ainda mais sensível porque o próprio edital admite a avaliação por análise sensorial, demonstrando que o elemento juridicamente relevante é o resultado técnico do produto, e não sua classificação mercadológica. Se a Administração reconhece a aptidão de mecanismos técnicos para aferir a qualidade do café, não há base racional para excluir, de antemão, cafés tradicionais que, submetidos à mesma metodologia de avaliação, atendam aos indicadores mínimos exigidos.

Dessa forma, a cláusula editalícia, tal como redigida, deixa de privilegiar a aferição objetiva da qualidade e passa a operar verdadeira restrição artificial de mercado, ao reduzir o universo de competidores potenciais por critério que não se mostra indispensável à satisfação da necessidade administrativa. O problema não está na exigência de qualidade, a qual é legítima e necessária, mas na forma como essa qualidade foi amarrada a uma classificação comercial mais estreita, sem abertura expressa para produtos de categoria diversa que alcancem idêntico resultado prático e técnico.

3. DO DIREITO

A cláusula editalícia impugnada deve ser analisada à luz do regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021, especialmente sob os vetores da isonomia, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, todos de observância obrigatória pela Administração Pública nas contratações regidas pela nova lei de licitações. No caso concreto, embora seja legítima a fixação de parâmetros mínimos de qualidade para o item café, não se mostra juridicamente admissível que a Administração converta uma categoria comercial específica em fator excludente de participação quando o próprio edital revela que o núcleo da necessidade administrativa reside em atributos técnicos e sensoriais objetivamente verificáveis, tais como aroma, acidez, amargor, corpo, sabor residual e

nota global de qualidade.

O edital estabelece que o certame será julgado pelo menor preço por item, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade. Essa estrutura normativa impõe uma consequência jurídica evidente: a Administração deve descrever o objeto a partir de requisitos funcionalmente necessários ao atendimento do interesse público, evitando inserir, na modelagem do item, elementos que reduzam artificialmente o mercado concorrencial sem ganho técnico demonstrado. Em outros termos, a especificação do objeto não pode ser redigida de modo a privilegiar um subconjunto mercadológico quando há produtos equivalentes, aptos a satisfazer a mesma finalidade pública, sob pena de desvio da própria lógica do julgamento por menor preço e de frustração da ampla disputa.

No ponto, a descrição do LOTE 01, ITENS 01 e 02 evidenciam que a Administração não pretende adquirir um produto identificado exclusivamente por uma nomenclatura de mercado, mas sim um café com determinado perfil qualitativo e organoléptico, cuja qualidade deve situar-se entre “razoavelmente bom a bom”, com intervalo de notas de 4,5 a 5,9, além de características adicionais igualmente objetivas. Se o objeto está juridicamente estruturado em torno desses indicadores técnicos, não subsiste fundamento válido para excluir, de antemão, cafés classificados como tradicionais que demonstrem, por meio de laudo sensorial idôneo, enquadramento no mesmo intervalo de qualidade e atendimento aos mesmos atributos exigidos.

Sob esse prisma, a manutenção exclusiva da referência à categoria “extraforte” revela-se juridicamente problemática porque promove indevida confusão entre meio e fim. O fim legítimo da Administração é contratar café com padrão mínimo de qualidade, pureza e aceitabilidade sensorial; já a categoria comercial “extraforte” constitui apenas uma das possíveis formas de apresentação mercadológica do produto. Quando a Administração transforma essa categoria em barreira de acesso, sem demonstrar tecnicamente que somente ela seria apta a satisfazer a necessidade pública, incorre em restrição desproporcional e

desnecessária à competitividade, em desacordo com os princípios que informam a contratação pública.

A Lei nº 14.133/2021 não autoriza a formulação de exigências supérfluas, excessivas ou dissociadas da estrita necessidade do objeto. Ao contrário, a lógica da lei é a de que as condições de participação e as especificações técnicas devem guardar pertinência material com a finalidade contratual, além de serem formuladas em grau mínimo suficiente para assegurar a adequada execução do objeto. Assim, ainda que a Administração possua margem técnica para estabelecer padrões de qualidade, essa atuação é vinculada ao dever de motivação, ao teste de adequação e necessidade da cláusula e à proibição de inserir distinções irrelevantes para o resultado final da contratação.

Nessa linha, a cláusula editalícia impugnada vulnera o princípio da competitividade, porque restringe o universo de potenciais licitantes não em razão da ausência de qualidade do produto, mas em razão da adoção de uma classificação comercial mais estreita do que o efetivamente necessário para o atendimento do interesse público. Viola também a isonomia, pois trata de forma desigual fornecedores que podem ofertar produtos tecnicamente equivalentes, aptos a satisfazer os mesmos padrões de desempenho e qualidade, mas que ficam excluídos do certame apenas por não se enquadrarem na categoria nominal escolhida pela Administração. E compromete, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa, porque reduz o ambiente concorrencial e aumenta o risco de elevação artificial de preços sem correspondente benefício qualitativo.

A impropriedade da cláusula torna-se ainda mais evidente porque o próprio edital admite a comprovação da qualidade por laudo de análise sensorial expedido por laboratório credenciado por Secretaria Estadual de Agricultura, o que demonstra, de forma inequívoca, que a Administração reconhece a aptidão de mecanismos técnicos externos para aferição objetiva da qualidade do café. Se a aferição pode ser realizada por laudo sensorial, então o elemento juridicamente relevante deixa de ser a nomenclatura comercial do produto e passa a ser o resultado técnico da análise. Uma vez reconhecida essa premissa pelo

próprio instrumento convocatório, não há base racional para se excluir cafés tradicionais que, submetidos à mesma metodologia de avaliação, atinjam os indicadores mínimos exigidos.

Em termos dogmáticos, a cláusula questionada padece de vício de excesso de especificação, na medida em que ultrapassa o limite do tecnicamente necessário e ingressa no campo da restrição indevida de mercado. A Administração, em vez de exigir diretamente os atributos que reputa essenciais — qualidade global entre 4,5 e 5,9, acidez baixa a moderada, amargor moderado, corpo razoavelmente encorpado, sabor equilibrado, ausência de sujidades e validade adequada —, agregou ao item uma delimitação comercial que não se revela indispensável, e cuja consequência prática é a redução da disputa.

Aplicando-se essa mesma racionalidade ao caso presente, a solução juridicamente adequada não é a supressão dos parâmetros de qualidade do item, mas sim a retificação da especificação, para que a Administração passe a admitir café extraforte ou tradicional, desde que comprovadamente atendidos, por certificação admitida no edital ou por laudo sensorial idôneo, os atributos objetivos de qualidade e o intervalo de nota global estabelecidos no Termo de Referência. Essa providência preserva integralmente o interesse público primário, mantém o controle qualitativo pretendido pela Administração e, ao mesmo tempo, restaura a legalidade material do instrumento convocatório ao eliminar restrição indevida à competitividade.

Em conclusão, a cláusula impugnada, tal como redigida, não supera o controle de juridicidade material, porque restringe sem necessidade, diferencia sem pertinência bastante e limita a competição sem demonstração objetiva de ganho técnico correspondente. À luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios estruturantes das contratações públicas, impõe-se a sua revisão, para que o edital passe a prestigiar o efetivo conteúdo técnico do objeto — e não uma classificação comercial excludente —, assegurando-se, assim, isonomia entre os licitantes, ampliação da disputa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4. DOS PEDIDOS

- a) a coleta e o processamento da presente impugnação, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021;
- b) o acolhimento integral da impugnação, para que seja retificado o LOTE 01, ITENS 01 e 02 do Termo de Referência, a fim de afastar a exigência restritiva de café exclusivamente na categoria "extraforte", passando a ser expressamente admitido, também, o café na categoria "tradicional", desde que atendidos os mesmos parâmetros técnicos, sensoriais e de qualidade global previstos no instrumento convocatório;
- c) a consequente alteração da redação do item para contemplar fórmula ampliativa, como por exemplo: "café torrado e moído, categoria extraforte ou tradicional, desde que observados os parâmetros mínimos de qualidade, composição, aroma, sabor, corpo, acidez, pureza, ausência de sujidades e demais requisitos técnicos previstos no edital";
- d) sendo a retificação apta a afetar a formulação das propostas, a reabertura do prazo legal com a republicação do edital corrigido, na forma da legislação aplicável e do próprio instrumento convocatório
- e) por fim, que todas as comunicações e decisões referentes à presente impugnação sejam disponibilizadas pelos meios oficiais do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Alto Piquiri, 9 de junho de 2026.

Robson Magalhães Jorge – CPF: 043.040.289-95
66.090.729 ROBSON MAGALHAES JORGE
CNPJ: 66.090.729/0001-04
Representante legal